

CLASSE TRABALHADORA E REPÚBLICA PORTUGUESA NAS CRÔNICAS DE NENO VASCO: O DIA-A-DIA DAS GREVES RURAIS E URBANAS DURANTE O BIÊNIO DE 1911-1912.

Thiago Lemos Silva¹

Introdução

Não faltam lá anarquistas [...] inteligentes, dedicados e sinceros. Não são tão pouco desunidos. Em São Paulo, por exemplo, deixei com profundíssima saudade, um ambiente cordial e amável, e senão isento de pequenas questões sem alcance – o que seria sobrehumano – ao menos desembaraçado de baixas intrigas, franco e acolhedor. Não conheço camarada que o tenha abandonado sem verdadeiro pesar [...] (VASCO, 1911).

Escrevendo estas linhas para uma crônica que seria publicada n' *A Sementeira*², Neno Vasco³ revelou aos leitores do periódico lisboeta sua consternação ao deixar os companheiros com quem compartilhou por, uma década, a militância no Brasil⁴. No início de 1911, quando Neno decidiu retornar para Portugal, já era um militante bastante conhecido dentro e fora dos círculos de militância anarquista e operária, já havia se casado com Mercedes Moscoso⁵, era pai

¹ Graduado em História pelo Unipam (Centro Universitário de Patos de Minas) e mestre em História pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia); professor da educação básica na rede particular e pública e membro do Coletivo Mundo Ácrata.

² Sobre *A Sementeira* ver: FREIRE, 1981.

³ Neno Vasco, na realidade pseudônimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, nasceu em Penafiel, norte de Portugal, em 09 de maio de 1878 e faleceu em 15 de setembro de 1920 em São Romão do Coronado perto do Porto. **Dicionário Histórico-Biográfico do(s) anarquismo(s) no Brasil**, 2000, p103. Neno Vasco passou a utilizar esse pseudônimo somente após o seu ingresso no movimento anarquista e operário em Portugal, por volta de 1900. Antes, atendia pelo seu nome de batismo. **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**. S/D, p.306.

⁴ No entanto, isso não significou que sua militância no Brasil tenha findado. Pois, mesmo depois de ter retornado a Portugal, Neno continuou a participar da imprensa anarquista e a interagir com o movimento operário brasileiro. Na realidade, Neno acreditava que o estreitamento dos laços entre o movimento anarquista e operário do Brasil e de Portugal, era de suma importância para o construto de diferentes estratégias, onde todos os países, desprezando as fronteiras criadas pelo Estado, se federalizariam para instituir uma sociedade livre das peias capitalistas. Fiel a essa démarche internacionalista, ele atuou, por quase uma década, de forma a unir os companheiros situados do lado de cá e do lá do Atlântico. A esse respeito ver: SILVA, 2012.

⁵ Neno Vasco casou-se com Mercedes Moscoso em 1905. **Dicionário Histórico-Biográfico do(s) anarquismo(s) no Brasil**, 2000, p. 103.

de três filhos: Ciro, Fantina, Ondina⁶, e possuía emprego fixo como tradutor de línguas em casas comerciais de São Paulo. Neno acreditava, entretanto, que o seu retorno a Portugal poderia facilitar o contato com outras figuras anarquistas do continente europeu e que, assim, poderia contribuir de forma mais dinâmica e eficaz com ação e propaganda a nível internacional. Neno sentia que com a queda da Monarquia e instalação da República, não deveria adiar a sua volta e, com isso, prorrogar ainda mais um projeto que o perseguia já há um bom tempo.

Assim que concluiu a travessia do Atlântico a bordo do vapor holandês Frísia, em 04 de maio de 1911, a família Moscoso e Vasconcelos se fixou em Lisboa. Uma vez em terra firme, Neno Vasco procurou, logo que possível, restabelecer contato com Hilário Marques, diretor da revista *A Sementeira*. Embora, ao que parece, Neno e Marques não se conhecessem pessoalmente, a troca epistolar entre ambos, que remete ao período em que ele ainda residia no Brasil, parece ter gerado um grande vínculo de afinidade entre os dois. Foi graças a este contato com Marques, escrupulosamente mantido por quase dez anos, que ele conseguiria granjear algum espaço nas folhas anarquistas e operárias da imprensa portuguesa. Agora, entretanto, ele iria obter uma visibilidade muito maior.

Sem alterar, demasiadamente, a fisionomia ideológica d' *A Sementeira*, ele não encontrou muitas dificuldades para poder se alinhar ao perfil editorial deste periódico mensal, que, naquela conjuntura, já caminhava a passos largos rumo ao movimento sindical. Neno Vasco via nesta revista, assim como viu na revista *Aurora* que dirigiu no Brasil, o caminho mais adequado para a divulgação e difusão do anarquismo junto às classes trabalhadoras:

[...] Insistindo neste itinerário, o trabalho executado vinha ao encontro de uma obstinada busca empreendida por ele, a partir da qual a propaganda ideológica (nos sindicatos) associada a uma arguta análise das mudanças [...], tornariam possíveis o lançamento das bases para a organização de um movimento anarquista forte e com chances de duradouro protagonismo social (SAMIS, 2009, p. 258).

⁶ Ciro nasceu em 1908, Fantina nasceu em 1908 e Ondina em 1910. Isso se excetuarmos seu filho Dino, que faleceu logo após morrer em 1909. **Dicionário Histórico-Biográfico do(s) anarquismo(s) no Brasil**, 2000, p. 103.

A partir das longas e proveitosas conversas tecidas tardes adentro na taverna conhecida pelo vulgo de “Feijão Encarnado”, ponto de encontro dos colaboradores da referida revista, Neno ia se inteirando dos principais fatos ocorridos em sua terra natal durante os quase 10 anos em que esteve ausente. As notícias, antes recebidas apenas por cartas, ganhavam carne e vida a partir dos relatos orais feitos pelos novos companheiros sobre a ebulição gerada na população portuguesa por causa implantação do regime republicano em 05 de outubro do ano anterior⁷. Aos poucos o “atordoamento” gerado pela longa viagem passava e Neno não se sentia mais em “país estrangeiro” (VASCO, 1913, p. 17). Possivelmente, estas conversas se converteram num estímulo para que Neno escrevesse, em 15 de maio de 1911, uma crônica sobre o processo que levou os portugueses a colocarem um fim no regime dinástico que imperou no país por quase oito séculos:

[...] o que já pude ver e ouvir não veio senão confirmar a opinião que daí eu trouxe formada quanto a estabilidade da República: que a República tem larga vida e que o século das restaurações monárquicas já passou. A monarquia já não encontraria elementos de vida nem no ambiente interior do país, nem na atmosfera política e social da Europa e do mundo (VASCO, 1913, p.17).

Trago à tona neste trabalho as crônicas de Neno Vasco, originalmente publicadas na imprensa anarquista e operária do Brasil e de Portugal, e, posteriormente, publicadas em seu livro *Da Porta da Europa* em 1913⁸, sobre a relação tecida entre classe trabalhadora e a república portuguesa, durante as greves rurais e urbanas ocorridas no biênio 1911-1912. A partir da sua escrita

⁷ A implantação da República em Portugal foi resultado de um golpe de Estado realizado pelo Partido Republicano com o apoio de outras forças políticas, em 05 de Outubro de 1910, que depôs a Monarquia. Para isso, colaborou a insatisfação da população frente a subjugação de Portugal aos interesses britânicos, o poder da Igreja, os gastos da família real, a instabilidade da economia e, sobretudo, a constatação de que Portugal se encontrava em atraso em relação aos outros países europeus. Ver: CATROGA, 2010.

⁸ As crônicas publicadas no livro *Da Porta da Europa* em 1913 recobrem o período que vai de 1911 a 1912. Trata-se de uma seleção que se concentrou nos principais órgãos da imprensa anarquista e operária do Brasil e de Portugal, pelos quais circulou boa parte da produção literária de Neno Vasco no período posterior a sua travessia para o outro lado do Atlântico. O roteiro inicial do livro começa com o jornal *A Lanterna* (1911-1916), de São Paulo. Do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, temos as crônicas publicadas respectivamente nos jornais *A Guerra Social* (1911-1912) e *O Diário* (1909-1912). As crônicas publicadas nas revistas *A Aurora* (1910-1920), do Porto, e *A Sementeira* (1908-1913) de Lisboa fecham esse roteiro.

cronística, pretende-se problematizar como trabalhadores e republicanos se comportaram após a queda da Monarquia, fato que não poderia ser contemplado sem levar em consideração a união tática destas duas importantes forças sociais do cenário político lusitano.

A instauração da República e a correlação de forças políticas entre as classes sociais em Portugal

O que levava Neno a acreditar que a República parecia gozar de larga vida, ao passo que a Monarquia já não encontraria mais elementos de vida em Portugal? Ao analisar a *correlação de forças políticas* entre as *classes sociais* presentes no processo que possibilitou a construção da República, o cronista argumentava que não existia nenhum outro país no continente europeu em condições mais adequadas para o estabelecimento do novo regime.

A *classe aristocrática*, já havia perdido qualquer capacidade de esboçar alguma resistência. Em virtude, principalmente, do desgaste que a Monarquia Constitucional⁹ vinha sofrendo nos últimos anos, diante da incapacidade de aceitar as reformas reivindicadas pela população, esta classe possuía pouca ou até mesmo nenhuma representatividade junto à sociedade, tendo a Monarquia caído mais pela “frieza dos seus defensores” do que pelo “ímpeto dos seus atacantes” (VASCO,1913, p.21). Nem mesmo as tentativas de contra-revolução levadas a cabo pelo ex-capitão Paiva Couceiro mereceriam qualquer atenção. Este, apesar de demonstrar alguma “valentia nos combates”, era “nulo em política”. Couceiro representava em sua opinião “um mal averiguado fenômeno de psicologia política”, presente em quase todos os períodos de transição de regimes monárquicos para regimes republicanos, onde se evidencia uma espécie de “contraste entre o personagem e a época”, em que o “sublime” de ontem transformar-se-ia no “grotesco” de hoje. Assim, as tentativas de Couceiro, longe de lhe inspirarem

⁹ A Monarquia Constitucional foi instaurada em Portugal em 1820 com a revolução liberal, conhecida como “vintismo”. A partir de então, o regime de representação das cortes divididos nas três ordens do reino: clero, nobreza e povo, foi substituído por uma assembleia parlamentar. Ver: SARDICA, 2003.

qualquer “cólera irreprimível”, suscitariam antes “sorrisos de piedade” (VASCO, 1913, p, 20).

Segundo Neno, em todos os países onde imperava o capitalismo, a burguesia já havia demonstrado suas predileções pela República em detrimento da Monarquia, e se ela ainda não o tinha feito, era precisamente:

[...] porque teme que a vitória lhe seja arrancada das mãos pela parte avançada do proletariado industrial. E porque pelo menos receia que, tendo de apelar pouco ou muito para o povo, por mais cuidadosa e disciplinada que seja a revolução, esta ultrapasse os limites de antemão marcados, e surja ameaçadora e firmemente plantada a questão social [...] Onde, porém, a burguesia pode passar incólume o cabo tormentoso da transformação política, que limpou dum vez a máquina do Estado das sobrevivências anacrônicas, entregando-a de todo aos políticos da sua classe, onde ela pode tentar tranquilamente a aventura, graças a inexistência dum proletariado organizado de tendências socialistas, então toda ela adere gostosamente ao regime novo, abandonando as místicas saudades do passado aos palacianos e aos clericais (VASCO, 1913, p.226-227).

Embora divida em várias *frações*, a burguesia teria sido a classe que mais ajudou e foi ajudada com o novo regime. Por causa do pouco desenvolvimento industrial em Portugal, a *alta burguesia* lhe parecia “mais ou menos indiferente as novas formas de governo” e os “seus interesses pareciam marchar de acordo com a opinião geral” (VASCO, 1913, p.18). A *pequena burguesia*, já em processo de proletarização, não parecia proceder de modo diferente. Já para a *burguesia média*, a situação era outra. Para o cronista, a República “era obra dela e para ela”, uma vez que as reformas concretizadas pelo novo regime teriam correspondido, na sua quase totalidade, aos seus interesses enquanto classe social, seja pela sua “importância numérica”, seja pela sua “independência material” (VASCO, 1913, p.19).

Uma vez que a questão social não estava ainda “firmemente plantada em Portugal”, a *classe operária*, se deixando “embalar pelas promessas democráticas”, não conseguia separar seus interesses dos da burguesia, e, por esse motivo, apoiava desde a virada do século XIX para o século XX a luta dos republicanos. De acordo com ele:

[...] as promessas que os republicanos tinham sido forçados a fazer ao povo, a ingênua ilusão popular de maior liberdade, a declaração solene do

direito a greve, tudo isso, é certo, contribuiu para o recrudescimento dos sindicatos (VASCO, 1913, p236-237).

Estas promessas, juntamente com a experiência política que as classes trabalhadoras haviam acumulado durante a luta contra a Monarquia, provocaram entretanto um extraordinário (re)nascimento do movimento sindical e uma geral intensificação dos conflitos entre capital e de trabalho após a proclamação da República. Depois de décadas de apoio aos republicanos, os trabalhadores começavam a lutar pelos seus próprios interesses. Esse era o sinal inequívoco de que algo havia sacudido a modorra e despertado a consciência de classe daqueles trabalhadores, que, se existente, parecia estar adormecida.

Desde 1906, a maior parte dos sindicatos tinha perdido sua expressividade na medida em que os trabalhadores se deixavam absorver pela perspectiva mais excitante da revolução republicana. Significativamente, em 1910, dos quatro sindicatos com mais de cem membros: da Construção Civil do Porto, dos Marítimos e dos Soldadores de Setúbal e dos Operários Têxteis de Lisboa, só um tinha sede em Lisboa. No entanto, o advento da República transformaria sensivelmente este quadro. Em julho de 1911 já existiam 356 sindicatos em Portugal, a maioria dos quais haviam sido fundados ou reanimados depois de Outubro de 1910. A sua distribuição geográfica também passou por algumas transformações (PULIDO, 1972).

Renascimento do movimento sindical certamente: mas, de qual sindicato se trata? Primeiramente, é necessário reter que se não está falando de qualquer sindicato, mas, sim do sindicato tal como é concebido pelo sindicalismo revolucionário, estratégia de luta cujo enraizamento no movimento operário português sem sombra de dúvidas antecede a implantação da República, mas, cujo processo de irradiação, coincidentemente, se dá com o estabelecimento do novo regime político em terras lusitanas. Durante esse processo de (re)nascimento do movimento sindical, os anarquistas desempenharam um papel não negligenciável, tomando à frente das organizações de resistência e ultrapassando rapidamente os socialistas, que até hegemonizavam o movimento operário, mas, que seriam progressivamente isolados e marginalizados pela nova dinâmica assumida pelo movimento sindical. Os socialistas permaneciam ativos apenas nas poucas

organizações mútuas existentes, que se encontravam mais sintonizadas com a sua estratégia reformista, que começava a enveredar pelo parlamentarismo. A passagem de uma estratégia para outra, bem como o papel desempenhado por anarquistas e socialistas nesse processo, é colocada por João Freire do seguinte modo:

Com um discurso direto e agressivo (para os patrões e os grandes proprietários de terras) os anarquistas puderam rapidamente fazer crescer sua influência sobre as camadas assalariadas, impulsionando greves e outras ações diretas e propondo aos trabalhadores tomar o seu destino em suas próprias mãos [...] nesse período, em revanche, a influência dos socialistas diminuiu consideravelmente: eles irão se tornar claramente minoritários no movimento operário e chegarão às engrenagens do poder político apenas por meio de negociações com os republicanos e não pelo reconhecimento do eleitorado. O Sindicato era inegavelmente a força social mais ativa do país (FREIRE, 2009, p. 94-95).

Enquanto anarquista engajado com o sindicalismo revolucionário, que prega, portanto, a ação direta do trabalhador fora do e contra o Estado, o que Neno esperava da recém-formada República? O que Neno esperava do novo regime não era que este resolvesse a questão social. Segundo ele, a questão social nunca poderia ser resolvida na sociedade capitalista, independentemente do regime político que esta viesse a assumir. Em sua opinião:

[...] nenhuma reforma que respeite o vigente regime de propriedade, que deixe subsistir o salarido e a divisão da sociedade em classes econômicas, poderá ser a solução do problema social, nem a classe que detém o poder econômico e político se despojará a si própria ou se deixará facilmente expropriar dos seus privilégios, certos e seguros, por mais que lhe falemos de socialização dos meios de produzir e de reorganização da sociedade para maior proveito de todos (VASCO, 1913, p.235).

Segundo Neno, mesmo que os republicanos se ocupassem dela, eles não o faziam senão com o objetivo de engrandecer reformas superficiais, cuja finalidade era regulamentar e circunscrever direitos que eram duramente conquistados pela ação direta dos trabalhadores. Na realidade, o que ele esperava da República era que respeitasse os direitos democráticos básicos, essenciais ao movimento operário, tais como:

[...] a liberdade de reunião, de palavra e de associação (liberdade, aliás, bem mesquinha, pela privação dos meios econômicos), o direito a greve não sofismado por intimidantes medidas militares, pela pena de morte aplicada em plena praça sem julgamento pelas violências desorganizadoras sob o pretexto de manter a ordem (VASCO, 1913, p.236).

Dito de outro modo: Neno esperava da República o que “ela era [...] e não o que ela não poderia ser”.

A reação republicana diante das greves rurais e urbanas de 1911-1912

Mas, em que medida a República foi o que ela deveria ser segundo o anarquista, quer dizer, em que medida ela respeitou as liberdades democráticas? Assim que as primeiras greves começaram a pulular em Portugal, os republicanos assumiram uma posição oposta no que se refere aos trabalhadores.

Mas eis logo, escreveu Neno Vasco, os nossos republicanos aflitos, de mãos na cabeça, ei-los a fabricar um regulamento draconiano que, se fosse aplicado, tornaria sempre fatal a derrota dos grevistas, ei-los a empregar todos os meios de coação e intimidação em todos os movimentos importantes (VASCO, 1913, p.236-2370).

Esse regulamento draconiano ao qual Neno faz alusão é o decreto que regulamenta o direito à greve. Uma vez instaurado, o novo regime regulamentou o direito à greve¹⁰, porém, ergueu uma série de obstáculos que visou controlar o raio de ação dos grevistas. O “decreto burla”, como rapidamente passou a ser conhecido na imprensa anarquista e operária, exigia que os trabalhadores avisassem com pelo menos uma semana de antecedência suas intenções de paralisar o trabalho. Conforme explicitou Neno no trecho que destacamos acima, o decreto não diferia e alterava em quase nada o direito dos trabalhadores à greve. Por um lado, se o decreto fosse obedecido, ele bastaria, por si só, para derrotar os grevistas. Por outro, se fosse desobedecido, o governo intervinha violentamente com o pretexto de defender a lei, beneficiando desse modo diretamente os patrões. A esse propósito, ele não vaticinava em argumentar que:

Representante dos interesses da classe média, para a República, as classes médias são todo o povo, e os interesses delas são os interesses de todos. A sua república é coisa sacrossanta, e de tal modo representa a liberdade e salvação de todos, para que perturbar levemente o sossego dos que a dirigem e as digerem é cair no mais hediondo crime. Que mais querem? Nós fizemos a República, instrumento de reformas; nós satisfazemos as modernas aspirações da democracia; nós renovamos boa parte do pessoal burocrático e colocamos bom número correligionário de amigos; criamos lugares novos [...] o que mais querem? (VASCO, 1913, p.32-33).

¹⁰ Durante a vigência do regime monárquico em Portugal, o direito à greve não era legalmente reconhecido.

As greves rurais e urbanas ocorridas durante o biênio de 1911-1912, as quais Neno cronicou com extremo zelo, testemunham isso fartamente. De acordo com ele, a partir de junho de 1911 inicia-se em Évora, Santarém, Coruche e outras cidades do interior alentejano um conjunto de greves gerais levadas a cabo por diferentes categorias do proletariado rural: ceifeiros, leiteiros e cavadores, em prol de uma série de reivindicações: prioridade de contratação para aqueles que residiam na localidade em que trabalhavam, fim da carestia de vida, restrição do uso de máquinas agrícolas, redução da jornada de trabalho e a estipulação de um salário mínimo.

Dentre todas as reivindicações, a que Neno destacava é aquela alusiva à estipulação do salário mínimo, talvez em virtude das especificidades assumidas pelas relações entre capital e trabalho no Alentejo, região que se encontrava constantemente submetida à crises sazonais, o que impedia que os trabalhadores obtivessem alguma ocupação regular ao longo de todo o ano. Nesse sentido, acreditavam que a existência de um salário minimamente fixado e pago de modo parcelar, permitiria com que suportassem o outono, estação imprópria para o trabalho e não tivessem que esperar até a primavera, quando as condições climáticas tornariam novamente possível o seu retorno para a lavoura e a colheita (PEREIRA, 1983).

Ainda na esteira das promessas feitas no período que precedeu ao 05 de outubro, os trabalhadores rurais, crenes de que o governo trataria suas reivindicações de “maneira democrática”, organizaram a greve em conformidade com todos os ditames exigidos pela lei que a regulamentava. Apesar de terem seguido à risca o protocolo, a iniciativa dos grevistas não foi vista com bons olhos pelo governo que desencadeou um feroz processo de perseguição e repressão aos trabalhadores. Numa crônica escrita algum tempo depois, mais precisamente em 04 de fevereiro de 1912, Neno colocaria em evidência, com toda a ironia que lhe era peculiar, o contraste das atitudes tomadas por um segmento e outro no período imediato à deflagração da greve.

Viva a República! E as associações foram logo encerradas. Viva a República! E a cavalaria afugentava da cidade grupos submissos,

perseguindo-os durante quilômetros. Viva a República! E os representantes dos grevistas, republicanos de velha data, vinham para as prisões de Lisboa. Viva a República! E varados pelas balas da guarda republicana caíram um morto e vários feridos, um dos quais, em 31 de janeiro de 1891, enfrentara, em defesa da aspiração republicana, a mesma repressão com epíteto monarquista (Vasco, 1913, p.138).

Mesmo sob o clima de forte violência pairando no ar, graças às mobilizações grevistas ocorridas em 1911, a reivindicação concernente ao salário mínimo foi atendida. No entanto, nem todos os patrões cumpriram o que foi acordado. Isso levou os trabalhadores de Évora, onde o pacto não havia sido respeitado, a entrarem em greve novamente em janeiro de 1912. Embora a reivindicação que conduziu a ela fosse a mesma, as coisas passaram-se já em outro plano, principalmente por causa da nova configuração que a relação entre a República e os trabalhadores passou a assumir.

Para isso convergiu a reação violenta do Estado, a experiência acumulada durante a greve realizada no ano anterior, e, igualmente, a aproximação entre os sindicalistas rurais e os sindicalistas urbanos, a partir da mediação de Carlos Rates. Em decorrência das conversações durante a realização do *II Congresso Sindicalista*, de maio de 1911, foi deliberada uma resolução que previa a criação de uma secretaria de excursão coordenada por Rates, com o intuito de realizar uma *tournee* de propaganda pelo Alentejo, que contribuiu para que as associações sindicais fossem mais bem estruturadas e outras fossem criadas, conferindo-lhes um perfil mais tendente ao sindicalismo revolucionário (SAMIS, 2009).

Em conformidade com as atitudes tomadas até então, o governo desencadeia novamente um sistemático processo de perseguição e repressão aos trabalhadores rurais em Évora, fechando sindicatos sem quaisquer justificativas e ameaçando a execução de procedimentos similares em outras associações, que, porventura, permitissem a reunião de grevistas. Por causa da onda repressiva que se abateu sobre os camponeses em Évora, os trabalhadores de Lisboa aderiram ao movimento de greve geral em solidariedade com os trabalhadores daquela parte do Alentejo. Movimentos similares surgiram e se alastraram em Setúbal, Coimbra e outras cidades. Face à força que este movimento adquiriu no campo e na cidade, a violência do governo redobrou. Em Lisboa, onde se concentravam o maior número

de trabalhadores urbanos em greve, as garantias constitucionais foram suspensas e o Estado de sítio declarado por 30 dias. Em decorrência disso, os trabalhadores, entrincheirados na *Casa Sindical*, de onde coordenavam a greve, foram cercados por forças do exército que, lançando mão de uma forte artilharia, procurava intimidar os grevistas (SAMIS, 2009).

Segundo Neno, a justificativa do governo para tal violência era a de que Portugal estava passando por um momento em que todos deveriam se sacrificar a fim de que a República tivesse o tempo necessário para se consolidar enquanto instituição. Embora nem “todos estivessem servidos”, ninguém “teria o direito de se servir por suas próprias mãos”, pois, a impaciência era tomada enquanto indícios de “traição monárquica” (VASCO, 1913, p.33). A necessidade que Neno tinha de enfatizar isso não era fortuita. A ideia de que sindicalistas e monarquistas haviam se aliado para (re)construir a Monarquia em Portugal, havia se tornado um fato, ou melhor, um fantasma que perseguiu os republicanos durante muito tempo, constituindo, desse modo, a pedra de toque a partir da qual edificou-se a política de repressão do novo regime.

Nesse sentido, o cronista coloca a seguinte questão para o seu leitor: poderia haver alguma ligação entre estes dois segmentos, tão distintos um do outro? Em sua opinião, nenhuma. Mas, entre os monarquistas e os próprios republicanos talvez, já que muitos deles teriam vindo da própria Monarquia, “sem grande esforço e nem profunda mudança”. Isso o leva a conclusão “a primeira vista paradoxal”, de que os sindicalistas “seriam mais republicanos do que os próprios republicanos oficiais e oficiosos”, por lutarem pelo respeito aos direitos que eles diziam ter concedido, porém os desrespeitavam flagrantemente. Para reforço da hipótese de que não havia qualquer ligação entre sindicalistas e monarquistas, ele argumentava não almejar:

[...] o regresso dum tempo de equívocos, quando para fundar a República, o proletariado se esquecia da organização e da luta de classes, ao passo que hoje, desembaraçado o terreno daquela questão política, a experiência em República há de fazer a obra sua (VASCO, 1913, p.19).

Conclusão

A seu ver, da República portuguesa nada se deveria esperar, não somente porque acreditava que ela seria incapaz de resolver a questão social, mas, porque o que haveria de mais positivo em um regime burguês hipoteticamente democrático, que é o respeito às liberdades básicas, a República portuguesa parecia ser incapaz de oferecer. Mas, se Neno não esperava que a República resolvesse a questão social, e nem que ela respeitasse as liberdades básicas, haveria ainda algo que se poderia esperar dela? A única coisa que ele acreditava poder esperar da República era a desilusão dos trabalhadores, fato que parece ter ressoado vivamente entre eles ao fim e ao cabo das greves rurais e urbanas ocorridas durante o biênio de 1911-1912.

Os trabalhadores fartaram-se de confiar em panaceias legislativas e em promessas de patrões e políticos. Sofreram as mais cruéis desilusões. Viram o ruir das utopias democráticas de governo. Verificaram o vazio e a ineficácia das reformas legais. E por isso vão à guerra. Vão à guerra e recebem golpes naturalmente. Mas, também os vibram. Mostram ao mundo desatento, com uma sacudida brutal, a força da sua união, a importância do seu papel social e a justiça da sua causa. Tomam eles próprios consciência do seu valor e do seu poder (VASCO, 1913, p.152).

Conforme o diagnóstico do cronista, para além de erradicar toda e qualquer ilusão quanto à República, o conteúdo classista definitivamente assumido pelo novo governo, reforçou e fez avançar a ideia, cara ao sindicalismo revolucionário, de que os trabalhadores não poderiam contar senão com a sua própria ação, direta e autônoma. Em decorrência de tal constatação, é que Neno Vasco irá ingressar e se estabelecer de vez no movimento operário português, encontrando na estratégia sindical de ação direta um móbil para operacionalizar as mudanças sociais que ele e outros anarquistas pretendiam efetivar.

Referências

CATROGA, Fernando *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

Dicionário Histórico-Biográfico do(s) anarquismo(s) no Brasil. Uberlândia, Mimeo, 2000.

FREIRE, João. *Influences de la Charte d'Amiens et du syndicalisme révolutionnaire sur le mouvement ouvrier au Portugal*. In: Miguel Chueca (org.), *Le syndicalisme révolutionnaire, la charte d'Amiens et l'autonomie ouvrière*, Paris, CNT-RP, 2009.

_____. *A Sementeira do arsenalista Hilário Marques*. *Análise Social*, Lisboa, nº67/68, 1981.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. VASCONCELOS (Nazianzeno de). Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda. S/D.

PEREIRA, Ana Paula de Brito. *As Greves rurais de 1911-1912 através da imprensa*. *Análise Social*, nº77/78/79, Lisboa, 1983.

PULIDO, Vasco. *A República e as classes trabalhadoras* (Outubro de 1910-Agosto de 1911). *Análise Social*. Lisboa, nº 34, 1972.

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário em Dois Mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SARDICA, José Miguel. *O Vintismo perante a Igreja e o Catolicismo*. **Penélope** - Revista de História e Ciências Sociais, n.º 27, Oeiras, Celta Editora, Junho de 2003.

SILVA, Thiago Lemos. *Fragments biográficos de um anarquista na Porta da Europa: a escrita cronística como escrita de si em Neno Vasco*. Dissertação (Mestrado em História), UFU, Uberlândia, 2012.

VASCO, Neno *Da Porta da Europa*. Lisboa: Biblioteca Libertas, 1913.